



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



05 de novembro de 2007

Vol. 2 No. 15

NOTÍCIAS MULTILATERAIS	1
Conselho TRIPS estende prazo sobre saúde pública e discute biodiversidade e ajuda a PMDRs	1
Rodada Doha: Mercosul propõe maiores flexibilidades em NAMA	3
Convenção sobre Diversidade Biológica não gera resultados efetivos sobre acesso e compartilhamento de benefícios	3
NOTÍCIAS REGIONAIS	5
OCDE: apoio agrícola permanece alto em países ricos e Brasil compete sem subsídios à produção do etanol	5
Nações desenvolvidas devem assumir maior responsabilidade pelas mudanças climáticas	6
BREVES INFORMES MULTILATERAIS	7
Indústria siderúrgica mundial: novos avanços no contexto pós-Quioto	7
BREVES INFORMES REGIONAIS	8
Comissão de Relações Exteriores da Câmara aprova ingresso da Venezuela no Mercosul	8
17ª Cúpula Ibero-Americana discutirá “coesão social”	9
CMC realiza sua 6ª Reunião Extraordinária	9
EVENTOS	10
Fóruns Multilaterais	10
Fóruns Regionais	11
INFORMAÇÕES ÚTEIS	12

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Conselho TRIPS estende prazo sobre saúde pública e discute biodiversidade e ajuda a PMDRs

Nos dias 23 e 24 de outubro, os Membros da OMC debateram uma série de questões de propriedade intelectual durante a sessão do Conselho sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Conselho TRIPS, sigla em inglês). Foi estendido o prazo para os países ratificarem um acordo que visa facilitar a exportação de medicamentos essenciais às nações mais pobres. Além disso, discutiu-se maior apoio aos governos mais pobres para implementação de suas obrigações multilaterais.

Ainda nesta ocasião, os países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) mostraram seu apoio a uma proposta de emenda às regras do acordo TRIPS, que busca exigir que os pedidos de patentes divulguem, necessariamente, a origem dos recursos genéticos ou conhecimentos tradicionais utilizados ao longo do processo de criação.

Dois PMDRs identificam necessidades de implementação

Em novembro de 2005, os Membros da OMC decidiram que os PMDRs teriam até julho de 2013 – sete anos e meio a mais do prazo originalmente previsto – para implementar e fazer valer as regras da OMC de proteção aos direitos de propriedade intelectual. Importa ressaltar que um acordo anterior havia excecionado as patentes de produtos farmacêuticos das obrigações até 2016.

Serra Leoa (IP/C/W/499) e Uganda (IP/C/W/500) apresentaram documentos à OMC nos quais identificam suas necessidades de reformas política, legislativa e administrativa. Com isso, estes países tornam-se os primeiros PMDRs a apresentarem formalmente à OMC suas necessidades institucionais.

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva “inscrição” e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

Os dois documentos ressaltam a importância de que haja tempo suficiente para o desenvolvimento de uma estratégia nacional sobre propriedade intelectual. Os países solicitam que os direitos de propriedade intelectual sejam utilizados como ferramentas para o desenvolvimento sócio-econômico, como o estabelecimento de uma base científica e tecnológica criativa nacional. Ambos os textos sugerem ações e datas específicas para atualização de seu quadro legal sobre propriedade intelectual e de sua infra-estrutura administrativa, bem como para o fortalecimento da regulamentação, cumprimento das regras e utilização de direitos de propriedade intelectual na promoção da inovação, criatividade e transferência de tecnologia.

Durante a reunião, países desenvolvidos (PDs) – União Européia (UE), Estados Unidos da América (EUA), Suíça e Japão, entre outros – relataram suas performances no que tange ao cumprimento das obrigações assumidas na OMC, como o fornecimento de cooperação técnica a países em desenvolvimento (PEDs) e o encorajamento de empresas e instituições locais a transferir tecnologia a PMDRs.

O Brasil criticou aspectos de vários dos relatórios apresentados, por entender que eles descreviam ações que em nada contribuíam à assistência ou à efetiva transferência de tecnologia. Brasil, China e Índia foram particularmente críticos com relação ao relatório sobre cooperação técnica apresentado pelo Escritório Europeu de Patentes. Lesoto, em nome do Grupo de PMDRs, considerou as iniciativas de assistência e transferência de tecnologia muito gerais. Os PDs defenderam seus relatórios.

Grupo de PMDRs apóiam emenda sobre biodiversidade

Durante a reunião, os 32 PMDRs Membros da OMC anunciaram seu apoio à emenda ao acordo TRIPS no que tange à biodiversidade. A emenda foi proposta por um grupo composto por vários PEDs, que inclui Brasil, China, Equador, Índia e África do Sul. A proposta também conta com o apoio do Grupo Africano.

Essa potencial emenda às regras multilaterais de comércio foi encampada pelo Peru, uma das maiores vozes contra a apropriação indevida de recursos biológicos e conhecimentos tradicionais por meio da bio-pirataria. A delegação peruana apresentou ao Conselho TRIPS um documento sobre a experiência do país com patentes ruins, ou seja, aquelas que não provam efetivo consentimento ou compartilhamento de benefícios. O Peru Também reiterou a necessidade de uma reforma formal do acordo TRIPS para combater a bio-pirataria.

Indicações geográficas: ainda há impasse, mas pode haver maior flexibilização

A ampliação da já alta proteção a indicações geográficas (IGs) concedidas a vinhos e bebidas alcoólicas para outros produtos – como o “Presunto Parma” – também foi objeto de várias consultas informais. Países contrários à ampliação da proteção, como Argentina, Canadá, Chile e EUA, argumentam que os produtores seriam prejudicados pela proibição do uso de nomes de produtos utilizados amplamente já há tanto tempo, como o “queijo *gruyère*”. A Suíça e a UE, por sua vez, acreditam que uma maior proteção das IGs agrega valor aos produtos locais, o que suavizaria os cortes de subsídios e tarifas. Para a Índia, a extensão da proteção às indicações geográficas poderia ajudar os PEDs.

Apesar do impasse, fontes alegam que alguns países já consideram flexibilizar o assunto, a depender dos resultados das negociações sobre agricultura e produtos industrializados. Alguns observadores das negociações sugerem que os governos podem considerar potenciais *trade offs* entre IGs, um registro multilateral para vinhos e bebidas alcoólicas e o requisito de divulgação.

TRIPS e saúde pública: extensão de prazo

A sessão do Conselho TRIPS estendeu por mais dois anos o prazo de ratificação de uma emenda ao acordo TRIPS que visa facilitar a importação, por parte de países pobres, de medicamentos a preços acessíveis.

Quando acordaram em implementar a emenda, em dezembro de 2005, os países determinaram que, para que esta entrasse em vigor, seria necessária a ratificação por dois terços dos Membros da OMC até o final de novembro de 2007. Agora este prazo passa a ser até o final de 2009.

Apenas 11 países haviam ratificado a emenda até a data da reunião do Conselho. O Parlamento Europeu, porém, endossou a emenda no dia 24 de outubro e abriu o caminho para que os 27 Estados Membros da UE também a ratifiquem. Segundo a agência de notícias Xinhua, o órgão máximo do legislativo da China também aprovou a emenda em 28 de outubro.

Se a emenda entrar em vigor, tornará permanente o procedimento adotado em agosto de 2003, que determina as condições para que um Membro da OMC possa licenciar compulsoriamente patentes de medicamentos a fim de produzi-los e exportá-los a países pobres a baixo custo (ver *Pontes Quinzenal*, v. 2, n. 13, 08 out. 2007).

Propriedade Intelectual: cumprimento da normativa internacional

Nas discussões sobre o cumprimento dos direitos de propriedade intelectual, o Japão apresentou uma comunicação na qual alega que produtos piratas ou falsificados entram no país em pequenos pacotes, de difícil inspeção, especialmente pelo correio. O cumprimento das regras de propriedade intelectual é um assunto polêmico, já que diversos PEDs não querem discutir o assunto em todas as reuniões do Conselho TRIPS. Brasil, China, Índia, África do Sul e Argentina, por exemplo, opõem-se fortemente a iniciativas que propõem regras mais severas para o cumprimento de normas "TRIPS-plus". Estes países alegam que o acordo TRIPS reconhece a liberdade dos países de determinar o método mais apropriado de implementação, de acordo com a realidade de seus próprios sistemas e práticas legais.

A próxima reunião trimestral do Conselho TRIPS está prevista para fevereiro de 2008.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, v. 11, n. 37, 31 out. 2007.

Rodada Doha: Mercosul propõe maiores flexibilidades em NAMA

As discussões sobre agricultura e bens industriais continuam na OMC, nesta que pode ser a última semana antes da apresentação dos novos textos que podem vir a ser as bases para um Acordo de Doha por parte dos presidentes dos dois comitês de negociação.

No dia 29 de outubro, um documento apresentado pelo Mercosul gerou controvérsias em uma reunião que contou com a participação de 12 delegações. De modo geral, o Bloco propõe que países em desenvolvimento (PEDs) que façam parte de uma união aduaneira tenham mais flexibilidades para proteger produtos de cortes tarifários, o que preservaria suas tarifas externas comuns.

Mais especificamente, o Mercosul sugere que os PEDs possam sujeitar até 16% de seus produtos industriais a cortes tarifários 50% menores, sem teto para as importações. De acordo com o Bloco, o valor de 16% teve como base uma avaliação interna.

Fontes relatam que os países desenvolvidos (PDs) presentes na reunião foram expressamente contrários à proposta, bem como Chile, México, Colômbia e Costa Rica, membros de um pequeno grupo de PEDs que estão dispostos a aceitar maiores cortes tarifários.

As flexibilidades previstas no texto de julho de Donald Stephenson permitem que PEDs submetam 10% de suas linhas tarifárias à metade da redução demandada pela fórmula padrão – limitada a um décimo do total de importações manufaturadas. Alternativamente, estes países podem excluir 5% das tarifas de cortes gerais (restringidos a somente 5% das importações). Alguns PEDs ficaram satisfeitos com estes números, mas muitos deles afirmaram ser preciso maiores flexibilidades.

O argumento do Mercosul é que os Membros da união aduaneira encontram restrições à utilização de flexibilidades, uma vez que sua tarifa externa comum passa a ser comprometida se os produtos não forem protegidos da liberalização. O Mercosul alega, ainda, que a situação pode ser exacerbada se um ou mais Membros de uma união aduaneira receber tratamento especial como países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) ou como economias pequenas e vulneráveis, ao passo que outros deverão aplicar a fórmula suíça de redução tarifária.

O Mercosul também argumenta que as flexibilidades em NAMA são limitadas a estes países, uma vez que os Membros teriam que abrir mão de proteger determinados produtos para acomodar interesses dos demais Membros. Quanto maior o número de Membros de uma união aduaneira e quanto maiores as divergências entre eles, menores os efeitos das flexibilidades.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*. Vol. 11 No. 37 31 out. 2007.

Convenção sobre Diversidade Biológica não gera resultados efetivos sobre acesso e compartilhamento de benefícios

Dois órgãos subsidiários da Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas (CDB) reuniram-se em Montreal, Canadá, para negociar elementos importantes para a implementação da CDB. A quinta reunião do Grupo de Trabalho sobre Acesso e Compartilhamento de Benefícios (ABS, sigla em inglês) ocorreu entre os dias 8 e 10 de outubro e em seguida, entre os dias 15 e 19 de outubro, ocorreu a quinta reunião do Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre o Artigo 8(j), Conhecimento Tradicional e Provisões Relacionadas. Em ambos os encontros houve grandes divergências entre os países que buscam avançar na elaboração de instrumentos legalmente vinculantes e aqueles a favor de maiores discussões e soluções mais flexíveis.

O grupo que lida com ABS irá reunir-se uma vez mais antes da próxima Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) da CDB, prevista para maio do ano que vem. Os participantes de ambos os grupos de trabalho acreditam que mudanças mais significativas surgirão somente após a realização da COP.

Conclusões em ABS ainda em aberto

As discussões sobre ABS ainda são uma das questões mais complexas na agenda da CDB. Muitos países em desenvolvimento (PEDs) preocupam-se com a biopirataria (apropriação indevida – geralmente por meio de patentes – de conhecimentos tradicionais ou indígenas por entidades estrangeiras sem o devido pagamento compensatório). Os países têm diferentes visões sobre como o ABS deveria ser implementado. De modo geral, os PEDs defendem a elaboração de um tratado internacional sobre o assunto, ao passo que diversos países desenvolvidos (PDs) dificultam a negociação de um tratado internacional sobre ABS. Durante a última reunião do Grupo de Trabalho, não houve progresso algum no que tange à aproximação destes interesses.

Os dois co-presidentes do Grupo de Trabalho – Fernando Casas, da Colômbia e Tim Hodges, do Canadá – elaboraram dois documentos que sintetizaram os resultados da reunião, os quais serão encaminhados à próxima sessão. Um dos documentos apresenta reflexões sobre áreas de potencial convergência, opções, possíveis instrumentos e conceitos para clarificação. O outro trata-se de uma compilação das principais propostas concretas apresentadas pelo grupo *Like Minded Mega-diverse Group (LMMC)*, composto por 17 membros – África do Sul, Bolívia, Brasil, China, Colômbia, Costa Rica, Equador, Indonésia, Madagascar, Malásia, Quênia, República Democrática do Congo, e Venezuela. A maior parte dos recursos genéticos do mundo estão contidos nos territórios destes países. Além disso, o último documento também resume as manifestações de outros Estados partes da CDB durante a semana.

Um dos participantes ressaltou que apesar de não haver qualquer acordo sobre os documentos, estes ajudarão o próximo Grupo de Trabalho – que se reunirá em Genebra em janeiro de 2008 – a progredir. Uma das tarefas do Grupo de Trabalho é negociar um sistema de ABS até 2010.

Declaração sobre Direitos dos Povos Indígenas tumultua reunião

Durante a reunião, diversas delegações chamaram a atenção para a recente adoção da “Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas” pela Assembléia

Geral da ONU, após duas décadas de negociações. Ressaltou-se que este acontecimento deu maior voz às demandas dos grupos indígenas nas negociações sobre ABS. A Declaração determina os direitos individuais e coletivos dos povos indígenas, reconhece seus direitos à terra e a outros recursos, promove a manutenção e o fortalecimento de suas identidades culturais e enfatiza o direito destes povos de atender suas próprias necessidades e aspirações. Além disso, a Declaração proíbe a discriminação e promove a completa e efetiva participação dos povos indígenas em todas as questões que lhes concerne.

O Secretariado da CDB estabeleceu um fundo para capacitar a participação dos representantes indígenas nas duas semanas de negociação. O objetivo desta iniciativa é aumentar e fortalecer a capacidade dos povos indígenas de participar efetivamente no processo de tomada de decisão relativo ao uso de conhecimentos tradicionais, inovações e práticas relevantes à conservação e uso sustentável da diversidade biológica.

Os direitos das comunidades indígenas

Concluída a reunião do Grupo de Trabalho sobre ABS, teve início uma semana de negociações sobre os grupos indígenas e seus direitos tanto no âmbito da CDB quanto no de um futuro acordo-quadro sobre ABS. O artigo 8(j) da CDB dispõe sobre a preservação dos conhecimentos, inovações e práticas dos povos indígenas e comunidades locais, o que engloba os estilos de vida tradicionais relevantes para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica e sua promoção e ampla aplicação com a aprovação e envolvimento dos detentores de tais conhecimentos, inovações e práticas. Além disso, o referido artigo encoraja o compartilhamento equitativo dos benefícios surgidos da utilização desses conhecimentos, inovações e práticas.

Estas negociações foram marcadas por tensões entre os países preocupados com a implementação interna do dispositivo e os países que preferem a negociação de um instrumento internacional vinculante. Debates sobre o possível estabelecimento de um regime especial *sui generis* de proteção ao conhecimento tradicional detido pelas comunidades indígenas também ocorreram paralelamente às discussões sobre a relação entre o conhecimento tradicional e o atual regime internacional de direitos de propriedade intelectual.

A sexta reunião do Grupo de Trabalho sobre ABS deverá ocorrer entre os dias 21 e 25 de janeiro de 2008, em Genebra, Suíça. Esta reunião deve versar sobre: (i) negociações sobre efetivo cumprimento das

normas internacionais; (ii) conhecimento tradicional e recursos genéticos; (iii) capacitação; (iv) natureza (legalmente vinculante ou não), escopo e objetivos de um regime internacional.

A nona COP bienal da CDB ocorre em maio de 2008 em Bonn, Alemanha.

Tradução de artigo originalmente publicado em *BRIDGES Trade BioRes*, vol. 7, no. 18, 19 out 2007.

NOTÍCIAS REGIONAIS

OCDE: apoio agrícola permanece alto em países ricos e Brasil compete sem subsídios à produção do etanol

No dia 23 de outubro foi publicado relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre as políticas agrícolas dos países Membros da Organização. O relatório, intitulado "*Agricultural Policies in OECD countries: Monitoring and Evaluation 2007*", corresponde à atualização da avaliação realizada a cada dois anos.

Em julho deste ano, a OCDE publicou um relatório que avaliava as políticas agrícolas em países não Membros da Organização. Pouco antes desta publicação ser lançada, a OCDE também havia publicado um relatório em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês), no qual apresentava as perspectivas agrícolas para o período de 2007 a 2016 (ver *Pontes Quinzenal*, v. 2, n. 9, 16 jul 2007). O relatório publicado mês passado complementa as avaliações apresentadas nos dois primeiros estudos.

É tímida a redução do apoio governamental à agricultura

A principal conclusão do último relatório é de que, em 2006, o apoio doméstico destinado aos agricultores nos países Membros da OCDE correspondeu a 27% do total de sua receita agrícola. Em 2005, os subsídios agrícolas nesses países corresponderam a 29%. Essa pequena redução, porém, deve-se mais ao aumento do preço das *commodities* do que a mudanças efetivas nas políticas agrícolas dos países.

As principais razões para o aumento nos preços dos produtos agrícolas em 2006 foram o aumento do consumo interno na China, a seca em vários países e o aumento da produção de biocombustíveis.

De qualquer maneira, o setor agrícola nos países da OCDE continua marcado por altos apoios governamentais. Desde a década de noventa não há reduções significativas nos subsídios agrícolas. Em 2006, aproximadamente US\$ 268 bilhões foram destinados a apoios domésticos à agricultura. Apesar disso, o relatório destaca um pequeno progresso na forma como os subsídios são destinados aos produtores. O tipo de apoio mais combatido é aquele destinado à produção de *commodities* específicas. Houve uma redução neste tipo de apoio, o que dá maior flexibilidade aos produtores sobre o que produzem. Mesmo assim, as medidas ligadas a produtos específicos permanecem maioria entre os tipos de subsídios aos produtores em quase todos os países.

Além disso, o relatório também ressalta as diferenças entre as políticas de cada Membro da OCDE. Enquanto na Nova Zelândia, em 2006, os subsídios corresponderam a somente 1% da receita total, na Islândia, Noruega, Coréia do Sul e Suíça, o apoio governamental é superior a 60%. No mesmo período, nos Estados Unidos da América (EUA) a participação dos subsídios na receita total foi de 11%. Na União Européia (UE), este número foi 32% e no Japão, 53%.

Na ocasião do lançamento oficial do relatório, o diretor de comércio e agricultura da OCDE, Stefan Tangermann, declarou que ainda são necessárias maiores reformas nas políticas agrícolas dos países Membros da Organização, tanto para melhorar a performance das políticas agrícolas como para contribuir para mercados agrícolas mais abertos.

O estudo também ressaltou que muitos subsídios antes destinados a produtos agrícolas para a alimentação estão sendo transferidos à produção de biocombustíveis. Este tipo de apoio não foi computado no relatório da OCDE, mas tem grande potencial para distorcer o mercado.

Brasil: competitivo mesmo sem subsídios ao etanol

O representante da OCDE destacou que o Brasil é o único país que não necessita de subsídios governamentais ao etanol para que ser competitivo no mercado internacional. Ele também lembrou que, segundo as projeções do meio do ano feitas pela OCDE, o Brasil aumentará em 161% sua produção de etanol até 2016, o que representará 44 bilhões de litros do combustível e quase 500 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

Ao retomar as estimativas apresentadas no meio do ano, Tangermann lembra que 60% do açúcar produzido no Brasil será destinado ao etanol até 2016, ante 51% em 2006. Mas garante que isso não significa

que faltará açúcar no país. Ele acredita que o país dominará 50% das exportações mundiais do produto em dez anos, ante 40% que representa hoje. Atualmente, o país já é o maior produtor mundial de açúcar e o maior exportador mundial de etanol.

A corrida por biocombustíveis

O crescimento na produção do etanol deve ocorrer em todos os países. Nos EUA, em 2007, a produção deve crescer em 50% e dobrar até 2016. Na Europa, o crescimento será de 170% entre 2006 e 2010.

Ainda de acordo com o estudo da OCDE, o problema é que o crescimento da produção dos biocombustíveis nos países ricos teria um custo alto, pois este somente pode ocorrer com uma produção amplamente subsidiada e distorciva ao comércio. Além disso, o aumento na produção dos biocombustíveis também continuará a contribuir para o aumento do preço dos alimentos. As projeções da OCDE apontam que os óleos vegetais ficarão 15% mais caros até 2016 por causa do etanol, com alta de 7,5% no milho e 5% no trigo.

Tangermann destacou, ainda, as preocupações ambientais e o fato de não haver clareza sobre os efeitos do etanol nas economias.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

OCDE. Agricultural Policies in OECD Countries: Monitoring and Evaluation 2007. Outubro de 2007.

OCDE. OCDE-FAO Agricultural Outlook 2007-2016. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/6/10/38893266.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2007.

OCDE. Agricultural Policies in Non-OECD Countries: Monitoring and Evaluation. Disponível em: <<http://213.253.134.43/oecd/pdfs/browseit/5107031E.PDF>>. Acesso em: 30 out. 2007.

O Estado de São Paulo. Brasil é o único país sem subsídios para o etanol, diz OCDE. 24 out. 2007. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=385790>. Acesso em: 30 out. 2007.

Valor Econômico. Sem apoio, Brasil é o único competitivo em etanol. 24 out. 2007. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=386030>. Acesso em: 30 out. 2007.

Nações desenvolvidas devem assumir maior responsabilidade pelas mudanças climáticas

As cidades equatorianas de Quito e Guayaquil sediaram, entre os dias 15 e 16 e 17 e 18 de outubro, respectivamente, o Encontro Internacional sobre Mudanças Climáticas na América Latina, o “Clima Latino”. O evento culminou com a apresentação – por parte de mais de 1550 representantes da sociedade civil, autoridades governamentais e grupos sociais e científicos – de um documento intitulado “21 Propostas para o Século XXI”. O texto propõe que o Presidente equatoriano Rafael Correa seja o “porta-voz dos povos da América Latina” e represente seus interesses nos eventos que tratem de Mudanças Climáticas.

Modelo de desenvolvimento e responsabilidade dos países desenvolvidos

O documento em questão ressalta a necessidade de uma mudança imediata do atual modelo de desenvolvimento. A crítica é que o modelo atual, ao basear-se no crescimento ilimitado, gera uma pressão insustentável sobre os recursos naturais, que são, por sua vez, limitados. O Secretário Geral da Comunidade Andina de Nações (CAN), Freddy Ehlers, afirmou que os povos não podem mais viver guiados apenas pelo consumismo, desperdício e desenvolvimento econômico.

O documento em questão também pede que os países desenvolvidos (PDs) assumam maior responsabilidade quanto a suas emissões de gases de efeito estufa, de modo a cumprir com as normativas internacionais existentes. Ademais, o texto sugere que os PDs contribuam de forma mais ativa com a transferência de tecnologia que ajude os países em desenvolvimento (PEDs) a enfrentar as conseqüências das mudanças climáticas e promover a utilização de energias sustentáveis.

Ao falar sobre globalização e injustiça, Rafael Correa as caracterizou como produtos do aquecimento global. Para ele, os países pobres são afetados em maior grau ao passo em que não possuem a capacidade necessária para responder a estes novos desafios. Rafael Correa também sugeriu que as Nações Unidas preparassem e divulgassem uma lista de países que estão destruindo o planeta.

Graciela Magrín, especialista em mudanças climáticas e coordenadora da América Latina no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), também foi incisiva no que se refere à responsabilidade dos PDs. Ela firmou que a América Latina esforça-se para não emitir gases contaminantes, ao contrário de muitos PDs.

Petróleo

O Presidente Correa aproveitou o evento para chamar atenção para uma proposta apresentada por ele perante a comunidade internacional. A idéia é que o Equador deixe de explorar as reservas de petróleo encontradas no Parque Nacional de Yasuní desde que receba uma compensação internacional pelos lucros que não serão gerados.

Vulnerabilidade Andina

Outro tema abordado na reunião foi a vulnerabilidade da área andina aos efeitos das mudanças climáticas. Neste sentido, o documento propõe que todas as recomendações dos especialistas sejam atendidas de imediato, aspecto igualmente enfatizado por Oswaldo Canzaini, co-presidente do IPCC.

Bicombustíveis

Com respeito à utilização de bicombustíveis, o documento qualifica-os como “produtos estratégicos a nível mundial” e ressalta que seu impacto pode ser tanto negativo como positivo, a depender de diversos fatores, como o tipo de cultivo, as tecnologias disponíveis e as peculiaridades – econômicas, sociais e ambientais – de casa país. O texto aponta, assim, para a necessidade da criação de mecanismos de certificação e de indicadores de sustentabilidade – econômica, social e ambiental.

Conclusões serão apresentadas na Conferência da ONU

Luisa Elena Guinand, coordenadora do evento “Clima Latino”, afirmou que um dos objetivos do evento foi gerar critérios para o desenvolvimento de uma posição unificada por parte dos países andinos sobre a problemática das mudanças climáticas. Pretende-se que as conclusões dessa reunião sejam apresentadas na próxima Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que ocorrerá em Bali, Indonésia, entre os dias 3 e 14 de dezembro deste ano.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal* Vol. IV No. 19, 30 out. 2007.

BREVES INFORMES MULTILATERAIS

Indústria siderúrgica mundial: novos avanços no contexto pós-Quito

Em sua reunião anual em Berlim, o corpo de diretores do Instituto Internacional de Ferro e Aço (IISI, sigla em inglês) anunciou um plano de ação que reunirá, voluntariamente, dados referentes a emissões de carbono e cujo objetivo é desenvolver um projeto de combate às mudanças climáticas. Ao dar início à etapa de “Abordagem Setorial Global” para o aço, o IISI pretende coletar dados que auxiliem no estabelecimento de compromissos relacionados à emissão de carbono pós-2012.

O aço é uma *commodity* intensamente comercializada. Ao longo dos últimos anos, questionamentos têm sido levantados quanto ao deslocamento de indústrias siderúrgicas de países com políticas ambientais severas para países que possuem legislação mais branda, em especial no que tange às mudanças climáticas.

No Japão, na América do Norte e na Europa Ocidental, a indústria do aço reduziu as emissões de carbono em 49% nos últimos 25 anos e hoje a indústria siderúrgica mundial responde por aproximadamente 4% das emissões globais de carbono. A produção de ferro, entretanto, é responsável por 90% deste valor. Esta produção concentra-se na China, União Européia (UE-27), Japão, Estados Unidos da América (EUA), Rússia, Índia, Brasil, Ucrânia e Coreia.

Para que esta iniciativa seja eficaz, o IISI enfatizou a importância do envolvimento dos maiores produtores mundiais de aço. De acordo com o Instituto, as grandes empresas siderúrgicas precisam manter um preço competitivo. O problema é que a regulação das emissões de carbono pode aumentar consideravelmente os custos. Um representante do IISI estimou que as taxas de emissão de carbono podem encarecer a tonelagem métrica de aço em 60-70 Euros após 2012.

As negociações sobre o futuro do regime das mudanças climáticas devem ser impulsionadas na Conferência Mundial sobre Aquecimento Global, que ocorrerá em Bali, Indonésia, em dezembro deste ano.

Para acessar os documentos sobre mudanças climáticas elaborados pelo IISI, acesse <<http://www.worldsteel.org/index.php?action=storypage&id=226&subId=247>>.

Tradução e adaptação de artigo publicado originalmente em *Bridges Trade BioRes*, Vol. 7, No. 18, 19 out. 2007.

BREVES INFORMES REGIONAIS

Comissão de Relações Exteriores da Câmara aprova ingresso da Venezuela no Mercosul

Após diversos adiamentos, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados realizou, em 24 de outubro, a votação sobre o ingresso da Venezuela como membro pleno do Mercosul. Após acalorada discussão com cinco horas de duração, a CREDN emitiu parecer favorável ao Protocolo de Adesão da Venezuela ao bloco, assinado em 4 de julho de 2006, em Caracas.

Este é o primeiro passo exigido pelo Congresso brasileiro para que a Venezuela ingresse no Mercosul. O Protocolo ainda será submetido à votação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pelo plenário da Câmara, para então ser debatido no Senado e no Parlamento do Mercosul.

Os trâmites legislativos para a internalização jurídica do Protocolo já foram concluídos no Uruguai, na Venezuela e na Argentina, restando somente a manifestação dos congressos paraguaio e brasileiro. O Protocolo de Adesão exige que a decisão seja tomada por consenso entre os Membros.

Processo de aprovação

O debate na CREDN ocorreu com base no documento “Mensagem No. 82, de 2007 (Do Poder Executivo)”, que submete o Protocolo de Adesão à discussão no Congresso. Seu objetivo foi orientar a discussão na Câmara por meio da disponibilização de informações de natureza normativa, política e econômica a respeito do Mercosul e da Venezuela.

O referido documento defende, ainda, que a adesão do país andino “impulsionará o desenvolvimento da infraestrutura de transportes e comunicação da porção setentrional da América do Sul, o que contribuirá para a consecução da meta de promover o desenvolvimento integral, enfrentar a pobreza e a exclusão social, proporcionando melhores condições de vida para as populações dos Estados Partes do bloco”.

No que tange à polêmica sobre o caráter democrático do governo de Chávez, o documento destaca que o

artigo 2 do Protocolo de Ushuaia (1998) prevê a possibilidade de retirada de um Estado parte em caso de ruptura da ordem democrática. Mesmo com essa argumentação, a posição inicial de boa parte dos deputados que participaram da discussão foi de recusa da entrada da Venezuela no Mercosul.

Com efeito, a principal justificativa para tal posicionamento pautou-se no questionamento das intenções democráticas de Chávez: “Quem não acredita na democracia, não pode participar do Mercosul”, afirmou Onyx Lorenzoni (DEM-RS). Fernando Gabeira, que representou a única abstenção da votação, comentou que “não está claro se a Venezuela cumprirá a cláusula democrática do Mercosul”, a despeito dos pontos levantados na “Mensagem No. 82, de 2007”.

Após cinco horas de debate, a oposição retirou-se da sessão na hora da votação. O parecer favorável foi aprovado com 15 votos, e houve apenas uma abstenção.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Câmara dos Deputados. Protocolo de Adesão da Venezuela (4 jul. 2006). Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=342581>. Acesso em 26 out. 2007.

Câmara dos Deputados. Parecer da Comissão de Relações Exteriores (24 out. 2007). Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=373808>. Acesso em 26 out. 2007.

Câmara dos Deputados. Mensagem No. 82/2007. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=363570>. Acesso em 26 out. 2007.

Ministério das Relações Exteriores. Protocolo de Ushuaia (24 jul. 1998). Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/ushuaia.htm>>. Acesso em 26 out. 2007.

Folha de São Paulo. “Comissão aprova Venezuela no Mercosul” (25 out. 2007). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2510200723.htm>>. Acesso em 26 out. 2007.

El Nacional. “Congreso de Brasil pide aprobar ingreso de Venezuela a Mercosur” (25 out. 2007). Disponível em: <<http://www.el-nacional.com/Articulos/DetalleArticulo.asp?Id=115893&IdSeccion=84>>. Acesso em 26 out. 2007.

17ª Cúpula Ibero-Americana discutirá “coesão social”

A 17ª Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado ocorrerá em Santiago do Chile entre os próximos dias 8 e 10 de novembro. Este ano, o tema central da reunião será “coesão social e o desenvolvimento de políticas sociais para sociedades mais inclusivas na Ibero-América”. Luis Inácio Lula da Silva confirmou sua participação e afirmou que os temas “emigração” e “inclusão” serão o foco do Brasil na cúpula.

A Cúpula Ibero-Americana teve início em Guadalajara, México, em 1991, no âmbito dos preparativos para a celebração do 5º Centenário da Descoberta das Américas. Ela é constituída por 21 países – todos os Estados da América Latina, Portugal e Espanha. A identidade cultural dos povos latinos é a principal característica da cúpula, cuja base é o compromisso com os princípios de democracia representativa, o respeito aos direitos humanos, às liberdades fundamentais e à autodeterminação dos povos. A cúpula totaliza uma população de mais de 489 milhões de habitantes e uma área de 21.352.017 Km².

O Ministro de Relações Exteriores do Chile, Alejandro Foxley, divulgou que os temas centrais do programa oficial da Cúpula serão “coesão social e desenvolvimento de políticas sociais para sociedades mais inclusivas na Ibero-América” e afirmou que a coesão social “é necessária para assegurar uma democracia estável e um desenvolvimento sustentado para que todos nossos cidadãos sejam parte integrante da sociedade”.

Durante a Cúpula, O Brasil abordará a questão da emigração. Segundo a Secretaria Geral Ibero-Americana, cerca de 45 milhões de latino-americanos – o que representa 8% da população da região – vivem no exterior. Em Portugal, os brasileiros constituem a maior população estrangeira: são mais de 90 mil vivendo legalmente e 60 mil ilegais.

O Presidente Lula também sugeriu a criação de um espaço para a apresentação dos programas sociais de cada país. O Brasil apresentará os programas Bolsa Família e Fome Zero, que hoje beneficiam mais de 11 milhões de famílias.

Além de 20 Chefes de Estado, a Cúpula também contará com a participação dos Secretários Gerais das Nações Unidas, Ban Ki-moon; da Cúpula Ibero-Americana, Enrique Iglesias; da OEA, José Miguel Insulza e dos principais diretores do Mercosul, da Comunidade Andina das Nações e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A declaração final da Cúpula (Declaração de Santiago) deverá reiterar os objetivos ibero-americanos de promoção de inclusão social e crescimento econômico. O documento também deve inserir temas de coesão social na agenda internacional. Espera-se o comunicado final da Cúpula para o dia 10 de novembro.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas

Secretaria Geral Ibero-Americana. Disponível em: <<http://www.segib.org/reuniones.php?idCumbre=28&idIoma=por>>. Acesso em: 5 nov. 2007.

Ciberamérica - El portal Ibero-americano. “Chile apresenta o programa da XVII Cúpula Ibero-Americana”, 24 out. 2007. Disponível em: <<http://www.ciberamerica.org/Ciberamerica/Portugues/general/noticias/detalle?id=10807&iRetorno=1>>. Acesso em: 5 nov. 2007.

Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/cdbrazil/itamaraty/web/port/relext/mre/orgreg/cupula/index.htm>>. Acesso em: 5 nov. 2007.

Notícias UOL. “Lula confirma que assistirá à Cúpula Ibero-Americana no Chile”, 17 set. 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2007/09/17/ult1808u101444.jhtm>>. Acesso em: 5 nov. 2007.

Notícias UOL. “Emigração e inclusão são foco do Brasil na cúpula do Chile”, 26 out. 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/lusa/2007/10/26/ult611u75461.jhtm>>. Acesso em: 5 nov. 2007.

CMC realiza sua 6ª Reunião Extraordinária

Em 25 de outubro, o Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão superior do Mercosul, realizou em Montevideu sua 6ª Reunião Extraordinária, na qual estavam presentes as delegações da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Nesta ocasião, os ministros de Relações Exteriores e da Economia de cada um dos Estados presentes aprovaram as Decisões No. 39/07, 40/07, 41/07 e 42/07. A primeira refere-se ao Fundo para Convergência Estrutural (FOCEM), ao passo que as demais tratam do Tribunal Permanente de Revisão (TPR), órgão encarregado de garantir o cumprimento normativo do Mercosul.

Conteúdo das Decisões

O FOCEM foi criado a partir da constatação de que o Mercosul carecia de um levantamento e diagnóstico das necessidades dos Estados Partes com relação à infra-estrutura viária, construção, modernização e recuperação de vias de transporte modal e multimodal. O objetivo do FOCEM é promover a integração física entre os países que compõem o bloco. O grupo de especialistas elaborou, assim, um projeto denominado "Identificação de Necessidades de Convergência Estrutural no Mercosul". Na reunião de 25 de outubro, o CMC considerou o projeto técnica e financeiramente viável e aprovou-o por meio da Decisão No. 39/07, por um montante de US\$ 70.900.

No que diz respeito ao TPR, foram aprovadas três Decisões nessa mesma reunião extraordinária. A Decisão No. 40/07 designou o Dr. Santiago Deluca para o cargo de Secretário do TPR pelo período de dois anos, contados a partir da data da posse. Este cargo é exercido em base rotativa, por períodos de dois anos, e obedece a ordem alfabética dos Estados Membros. No início de 2007, a Argentina submeteu ao Tribunal uma lista que sugeria três candidatos para o cargo, a qual foi analisada e remetida ao CMC para designação do novo Secretário.

As Decisões 41/07 e 42/07 são complementares: a primeira comunica a aceitação da renúncia do árbitro do TPR, Dr. Wilfrido Fernández de Brix (Paraguai), e a segunda define outro árbitro paraguaio para ocupar o cargo deixado por de Brix. Posto que há um corpo de quatro árbitros titulares, representantes de cada um dos Membros (somado a um quinto árbitro), a renúncia de Wilfrido Fernández de Brix exigiu que o Paraguai nomeasse um novo ocupante para o cargo. Com mandato até 13 de agosto de 2008, Dr. Carlos Alberto González Garabelli foi designado como árbitro titular do TPR.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

CMC. "Acta de la VI Reunión Extraordinaria Del Consejo Del Mercado Común" (MERCOSUR/CMC/ACTA No. 02/07). Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/SM/Actas%20TEMPO%20RARIAS/CMC/CMC_VI_ExtACTA_2_07/CMC%20VI%20Ext.%20Acta%20final.doc>. Acesso em 29 out. 2007.

CMC. "Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul – Aprovação de projeto-piloto 'Identificação de Necessidades de Convergência Estrutural no Mercosul'" (MERCOSUL/CMC/DEC No. 39/07). Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas_web/Decisiones/PT/2007/DEC_039-

2007_PT_Aprov.Proj.Piloto.doc>. Acesso em 29 out. 2007.

CMC. "Designação do Secretário do Tribunal Permanente de Revisão" (MERCOSUL/CMC/DEC No. 40/07). Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas_web/Decisiones/PT/2007/DEC_040-2007_PT_Secretario%20do%20TPR.doc>. Acesso em 29 out. 2007.

CMC. "Aceitação da Renúncia do Árbitro do Tribunal Permanente de Revisão Dr. Wilfrido Fernández de Brix" (MERCOSUL/CMC/DEC No. 41/07). Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas_web/Decisiones/PT/2007/DEC_041-2007_PT_Aceitacao.doc>. Acesso em 29 out. 2007.

CMC. "Designação de Árbitro do Tribunal Permanente de Revisão" (MERCOSUL/CMC/DEC No. 42/07). Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas_web/Decisiones/PT/2007/DEC_042-2007_PT_DesigArbitroTPR.doc>. Acesso em 29 out. 2007.

CMC. "Integração e funcionamento do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul" (MERCOSUL/CMC/DEC No. 18/05). Disponível em: <<http://www.mercosur.int/msweb/porta1%20intermediario/es/index.htm>>. Acesso em 31 out. 2007.

Tribunal Permanente de Revisão. Disponível em: <<http://www.mre.gov.py/tribunal/inicio.htm>>. Acesso em 31 out. 2007.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

05 e 09 de novembro

Reunião do Grupo de Negociações sobre Facilitação ao Comércio

06 de novembro

Reunião do Comitê de Orçamento, Finanças e Administração

Reunião do Comitê de Participantes na Expansão do Comércio de Produtos de Tecnologia da Informação

06 e 07 de novembro

Painel do Órgão de Solução de Controvérsias sobre a disputa entre EUA e UE no caso das bananas (DS 27 US/EU)

07 e 08 de novembro

Reunião do Comitê sobre Barreiras Técnicas ao Comércio

07 de novembro

Reunião do Comitê sobre Comércio na Aviação Civil

09 de novembro

Reunião do Comitê sobre Barreiras Técnicas ao Comércio

12 de novembro

Reunião do Comitê sobre Comércio de Serviços Financeiros

13 de novembro

Reunião do Comitê de Orçamento, Finanças e Administração

14 de novembro

Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento

16 de novembro

Reunião do Conselho sobre Comércio de Serviços
Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento

19 de novembro

Workshop Técnico sobre Ajuda ao Comércio
Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

ONU

Informações: <<http://www.un.org/esa/meeting.htm>>.

05 a 23 de novembro

Reunião do Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
Local: Genebra, Suíça.

05 a 16 de novembro

Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas
Local: Bonn, Alemanha.

UNCTAD

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=11&frmYear=2007&frmNoOfMonths=1&Action=Do+search&intItemID=2068&lang=1&year=2007&month=10&day=1>>.

06 de novembro

Lançamento da publicação: Países em Desenvolvimento no Comércio Internacional 2007.
Local: Genebra, Suíça.

12 a 16 de novembro

Processo preparatório para a UNCTAD XII
Local: Genebra, Suíça.

13 a 15 de novembro

Workshop sobre tecnologias da informação e da comunicação e turismo
Local: Vientiane, Laos.

19 a 20 de novembro

Implicações ao comércio e ao desenvolvimento decorrentes dos serviços de turismo para países em desenvolvimento
Local: Genebra, Suíça.

19 a 21 de novembro

6ª Conferência da UNCTAD sobre Administração de Dívidas
Local: Genebra, Suíça.

Fóruns Regionais

MERCOSUL

Informações:

<<http://www.mrree.gub.uy/mercosur/CalendarioReuniones/PPTUCalendarioReuniones.asp>>.

06 a 08 de novembro

Reunião do Sub-Grupo de Trabalho nº 8 sobre Agricultura
Reunião do Sub-Grupo de Trabalho nº 2 sobre Aspectos Institucionais
Local: Montevideu, Uruguai.

07 a 09 de novembro

Reunião do Grupo *Ad Hoc* sobre Biotecnologia Agropecuária do Mercosul
Local: Montevideu, Uruguai.

08 de novembro

Reunião do Grupo do Fundo para Pequenas e Médias

Empresas

Local: Montevideu, Uruguai.

12 a 14 de novembro

36ª Reunião Ordinária do Grupo sobre Serviços

Local: Montevideu, Uruguai.

13 a 15 de novembro

47ª Reunião da Comissão de Comércio do Mercosul

Local: Montevideu, Uruguai.

19 e 20 de novembro

Reunião do Comitê Técnico nº 5 sobre Defesa da Concorrência

Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul

Local: Montevideu, Uruguai.

19 a 23 de novembro

Reunião do Sub-Grupo de Trabalho nº 4 sobre

Aspectos Financeiros

Reunião do Grupo *Ad Hoc* sobre o Código Aduaneiro do Mercosul

Local: Montevideu, Uruguai.

CEPAL

Informações:

<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>.

06 de novembro

Apresentação Mundial do “*Latin American Economic Outlook*”

Local: Santiago, Chile.

07 de novembro

Seminário e lançamento do informe da OCDE sobre perspectivas econômicas da América Latina

Local: Santiago, Chile.

12 de novembro

Seminário sobre a inovação no contexto da aliança público-privada para a inserção internacional

Local: Santiago, Chile.

16 de novembro

Curso sobre políticas macroeconômicas e finanças públicas

Local: Santiago, Chile.

19 de novembro

6º Seminário da rede de autoridades para a gestão ambiental em cidades da América Latina e do Caribe

Curso sobre como é abordada a adaptação às mudanças climáticas nas políticas de desenvolvimento e nos instrumentos de avaliação.

Local: Santiago, Chile.

OCDE

Informações:

<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

07 de novembro

Publicação do relatório sobre tendências do mercado financeiro nº 93

07 de novembro

Lançamento do relatório “*Latin American Economic Outlook 2008*”

Local: Santiago, Chile.

11 a 15 de novembro

20º Congresso Mundial sobre Energia

Local: Roma, Itália.

19 e 20 de novembro

Conferência de alto nível sobre como medir crescimento além do PIB

Local: Bruxelas, Bélgica.

19 a 21 de novembro

Conferência internacional sobre o armazenamento de energias renováveis

Local: Bonn, Alemanha.

INFORMAÇÕES ÚTEIS**ONU inaugura nova sede em Brasília**

No aniversário dos 62 anos da Organização das Nações Unidas (ONU), foi inaugurada, em 24 de outubro, nova sede da Organização no Brasil, localizada no setor Sudoeste de Brasília. O novo prédio abrigará seis das dezoito agências da ONU no país.

Fundação do Banco do Sul é adiada para 5 de dezembro

Após consenso entre os ministros de Finanças da Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela, foi adiada para 5 de dezembro a assinatura da ata fundacional do Banco do Sul, que havia sido inicialmente marcada para 3 de novembro.

PNUD lançará estudo que tem as mudanças climáticas como tema central

Elaborado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2008, intitulado “Combater as mudanças climáticas: a solidariedade

humana em um mundo dividido”, será lançado no Brasil em 27 de novembro, no Palácio do Planalto, em Brasília. O estudo deste ano aborda os efeitos das mudanças climáticas sobre as populações. O presidente Lula é autor de uma das contribuições, na qual afirma que “o relatório nos lembra que a responsabilidade histórica pela rápida acumulação de gases do efeito estufa na atmosfera da Terra recai não sobre os pobres, mas sobre o mundo desenvolvido”. Também assinam colaborações especiais o indiano prêmio Nobel da Economia em 1998, Amartya Sen, o prefeito de Nova York, Michael Bloomberg, e o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon. Para obter mais informações sobre o relatório, acesse: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>.

Estudo analisa evolução do combate à pobreza no Brasil

Publicada em 25 de outubro, uma série de estudos intitulada “Coleção de Estudos Regionais sobre os ODM”, elaborada por uma rede de universidades brasileiras (PUC-MG, UFRGS, UFPE, UFPA e UnB, cada uma responsável pela região correspondente a seu estado), analisa índices de pobreza e de pobreza extrema no Brasil. Em linhas gerais, o estudo afirma que o país ainda está longe de cumprir a meta da ONU de reduzir pela metade, até 2015, a porcentagem de pessoas que vivem em extrema pobreza em relação a 1990. O conteúdo dos estudos já pode ser acessado em: <<http://www.pnud.org.br/estudos/index.php>>.

Relatório da ONU afirma que etanol pode ameaçar Cerrado

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) publicou, em 24 de outubro, relatório intitulado “*Global Environmental Outlook: environment for development*” (GEO-4). O estudo afirma que a expectativa do Brasil de dobrar a produção de etanol em 20 anos exige ampliação da área de cultivo destinado à cana, o que pode colocar em risco ecossistemas próximos às zonas de plantio, como por exemplo, o cerrado. O conteúdo do relatório encontra-se disponível no *link*: <www.unep.org/geo/geo>.

Pascal Lamy escreve sobre ajuda ao comércio em blog

O Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, elaborou um texto sobre ajuda ao comércio para o *blog* “*Ideas for Development*”. Trata-se de um *blog* internacional criado em 21 de outubro de 2007 durante a reunião anual do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, com o objetivo de estimular o debate sobre desenvolvimento econômico. O *blog* pode ser

acessado em: <<http://www.ideas4development.org/en/>>.

USP sediará debate sobre desafios da inovação no Brasil

No dia 8 de novembro, a Universidade de São Paulo (USP) sediará, das 8h às 13h, o debate “O Desafio da Inovação no Brasil: Políticas Públicas e Estratégias Empresariais”, organizado pela Prospectiva Consultoria e pelo *Woodrow Wilson Center for Scholars*. Especialistas abordarão temas como: “Políticas de Inovação e Parcerias Público-Privadas: O que precisa ser feito”, “Perspectivas Internacionais sobre Inovação” e “Estratégias Empresariais”. O evento ocorrerá no Auditório da Engenharia Mecânica da Escola Politécnica. Solicita-se confirmação de presença pelo e-mail: <alan.wright@wilsoncenter.org>. Maiores informações podem ser obtidas em: <www.wilsoncenter.org/brazil>.

IBP promove seminário sobre produção e uso de biocombustíveis

Nos dias 12 e 13 de novembro, ocorrerá o seminário “Cenários Técnicos e Logísticos da Produção e Uso de Biocombustíveis”, organizado pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). A programação prevê palestras sobre cenários do mercado de álcool, produção de biocombustíveis e o impacto da produção do etanol na geração de alimentos, entre outros temas. Maiores informações podem ser obtidas em: <www.ibp.org.br>.

Banco de Colaboradores do CEBRI busca integrar profissionais de RI

Em comemoração a seus 10 anos, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), com o apoio da Fundação Ford, lançará, em 2008, o CEBRI Banco de Colaboradores, cujo objetivo é estimular a integração de profissionais na área de Relações Internacionais. O Banco será constituído por mestres e doutores que atuam nas seguintes áreas de conhecimento: integração regional da América do Sul; cooperação energética; negociações comerciais internacionais; cooperação Sul-Sul; segurança e defesa; meio-ambiente e mudanças climáticas; organizações internacionais. O Banco de Colaboradores será público e poderá ser acessado no *site* do CEBRI. Os profissionais com o perfil acima descrito que se interessem em participar devem solicitar ficha de cadastro por meio do seguinte endereço eletrônico: <bancodecolaboradores@cebri.org.br>.

OIT premiará pesquisas sobre trabalho docente

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) abriu inscrições para o “Prêmio da OIT sobre Trabalho Docente 2008”, criado pelo Instituto Internacional de Estudos do trabalho da OIT e entregue pela primeira vez em 2007. As inscrições serão aceitas até 15 de janeiro de 2008. O prêmio é concedido a publicações de grande relevância ou a uma trajetória que tenha contribuído significativamente à atuação da Organização. As candidaturas podem ser apresentadas individualmente ou por instituições, incluindo governos e organizações de empregadores e trabalhadores. O vencedor será contemplado com um prêmio de US\$ 10.000 em junho de 2008, durante a Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra. Para maiores informações, acesse: http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/inst/papers/co_nfrnce/research/call08s.pdf.

Aberta chamada de trabalhos sobre a relação Estado-mercado

Foi lançada chamada de trabalhos para o “VI *Workshop* Empresa, Empresários e Sociedade 2008”, que ocorrerá de 7 a 9 de abril de 2008 na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, RJ. As propostas podem abordar uma das seguintes questões: o cenário o cenário empresarial pós-reformas; perspectivas contemporâneas sobre o desenvolvimento no Brasil; novas institucionalidades nas relações público-privado; novas fronteiras da economia: agronegócios, serviços, tecnologia e informática; formas contemporâneas de responsabilidade social e ambiental das empresas; empresas e empresários na economia mundial; empresas e sistema financeiro; e o mundo empresarial no século XXI. A proposta devem ser enviadas por e-mail para os seguintes endereços eletrônicos: wi6@usp.br e pralon@usp.br até o dia 14 de novembro de 2007.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em: http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

